

# A TEMÁTICA DE GÊNERO NOS PPPs DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA DA UNESP: INVISIBILIDADE E DESAFIOS.

Patrícia Mitidieri Pereira <sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa como a temática de gênero é abordada nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Licenciatura em Física da UNESP. Fundamentada nas contribuições teóricas de Guacira Lopes Louro e Judith Butler, a pesquisa parte do pressuposto de que a formação inicial de professores deve contemplar discussões sobre gênero e sexualidade em seus documentos norteadores, a fim de contribuir para a redução das desigualdades de gênero nas ciências. A metodologia adotada foi a análise documental qualitativa dos PPPs e das matrizes curriculares, com busca por menções explícitas ao termo “gênero” em textos institucionais e disciplinas obrigatórias ou optativas. Os resultados indicam que, de modo geral, a abordagem da temática de gênero é incipiente e periférica nos cursos analisados. Apenas a unidade de Bauru faz referência transversal à igualdade de gênero no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sem disciplinas específicas sobre o tema. Em Rio Claro, há uma disciplina optativa relacionada sobre a temática, enquanto em São José do Rio Preto a discussão aparece em atividades complementares e de extensão, não compondo o núcleo obrigatório da formação docente. As demais unidades não apresentam menções ao tema em seus PPPs ou disciplinas. Conclui-se que a invisibilidade da temática de gênero nos currículos analisados limita o potencial transformador da formação inicial de professores, evidenciando a necessidade de políticas institucionais que promovam a inclusão efetiva dessas discussões nos cursos de Licenciatura em Física.

**Palavras-chave:** Gênero, Licenciatura em Física, Projetos Políticos Pedagógicos, Formação de Professores, UNESP.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero e sua inserção nos cursos de formação inicial de professoras e professores constitui uma demanda contemporânea imprescindível para a promoção da equidade e da diversidade nos ambientes educacionais. A temática de gênero, compreendida enquanto construção social que permeia as relações de poder e identidade, tem sido objeto de intenso debate no campo das ciências humanas e das políticas educacionais. No entanto, seu tratamento efetivo permanece limitado, sobretudo em cursos que formam docentes de áreas tradicionalmente marcadas pela presença masculina, como a física. Essa carência contribui para a perpetuação das desigualdades

---

<sup>1</sup> Graduada do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP e Pós graduanda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, [patriciamitidieri@hotmail.com](mailto:patriciamitidieri@hotmail.com) ;

de gênero no ensino e na ciência, conforme apontado por autores essenciais como Guacira Lopes Louro (2009) e Judith Butler (1990).

Louro (2009) enfatiza a importância da compreensão crítica do gênero como uma categoria social que desafia estereótipos e práticas discriminatórias, ressaltando que, historicamente, as estruturas escolares reproduzem hierarquias de gênero. Butler (1990), por sua vez, propõe o conceito de performatividade do gênero, no qual as identidades de gênero são construídas e reiteradas socialmente, o que possibilita mecanismos de subversão das normas tradicionais e abertura para a diversidade.

No cenário brasileiro, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial o ODS 5, que promove a igualdade de gênero, têm pautado políticas públicas e orientações curriculares. Entretanto, pesquisas recentes indicam que essas ações ainda são insuficientes, sobretudo quando se trata da inclusão da temática de gênero na formação de mulheres e na promoção da equidade nas universidades brasileiras (Pereira; Lima; Maciel, 2023).

Diante desse contexto, a questão central deste estudo pode ser formulada da seguinte forma: como a temática de gênero está contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e nas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Física da UNESP?

O objetivo geral é analisar de que maneira esses documentos institucionais incorporam discussões sobre gênero e quais os desafios decorrentes da invisibilidade dessa temática na formação docente. Os objetivos específicos incluem: (i) identificar menções explícitas à temática de gênero nos PPPs e matrizes curriculares; (ii) analisar a presença de disciplinas ou atividades relacionadas à diversidade e equidade de gênero nos cursos estudados; e (iii) discutir as implicações da abordagem (ou ausência) da temática para a formação inicial das pessoas licenciandas em física.

Por meio de uma análise documental qualitativa, busca-se contribuir para a reflexão acadêmica sobre a importância da transversalização da temática de gênero na educação superior, evidenciando a necessidade de políticas institucionais que promovam a equidade, rompendo com práticas excludentes e ampliando o debate para uma formação mais inclusiva e crítica.

Além disso, o trabalho pretende fomentar debates e pesquisas futuras que ampliem o conhecimento acerca da interface entre gênero, ciência e educação, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e curriculares que promovam a diversidade e a justiça social nas licenciaturas em ciências exatas.



## METODOLOGIA

Este estudo utilizou a análise documental qualitativa como principal procedimento metodológico. Tal abordagem é adequada para compreender, de forma crítica e detalhada, os documentos institucionais que compõem os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Física da UNESP.

Na pesquisa qualitativa, a análise documental é compreendida como um procedimento rigoroso e sistemático para examinar documentos que possibilitam a compreensão dos fenômenos estudados. Segundo Creswell (2007, p. 184), essa metodologia envolve a organização e preparação dos dados coletados — que podem ser documentos, textos ou imagens — seguida da leitura integral e detalhada do material para identificar categorias, temas ou padrões emergentes. A análise documental qualitativa, conforme delineada por Creswell, compreende ainda uma interpretação cuidadosa dos documentos em seu contexto, reconhecendo que o pesquisador traz sua própria cultura, experiência e histórico para o processo de interpretação, o que exige reflexividade e ética na análise. Isso a torna uma ferramenta valiosa para investigações em ciências sociais e educação, permitindo entender significados históricos, culturais e institucionais contidos nos documentos analisados.

A análise documental qualitativa permitiu investigar o conteúdo dos documentos, buscando menções explícitas à temática de gênero nas diferentes unidades da universidade.

Foram coletados documentos oficiais disponíveis publicamente, analisados com um olhar atento à presença e à forma como a temática de gênero é tratada, seja em termos de políticas institucionais, disciplinas obrigatórias e optativas ou outras atividades relacionadas à formação docente. O processo envolveu a leitura detalhada, categorização e sistematização dos dados encontrados, conforme recomendações metodológicas da pesquisa qualitativa em educação.

Não foi necessária aprovação de comissões de ética, pois a pesquisa se baseou em documentos públicos e não envolveu experimentação com pessoas ou uso de imagens que demandem autorização. O enfoque restrito à análise documental assegura a integridade ética da pesquisa, respeitando as normativas vigentes.

Essa metodologia possibilita a identificação dos desafios e invisibilidades da temática de gênero nos PPPs, ao mesmo tempo em que fundamenta as discussões e



conclusões sobre a necessidade de inclusão efetiva desse tema na formação inicial de docentes.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No campo da educação, o uso da categoria de gênero como ferramenta analítica representa uma estratégia essencial para compreender e desconstruir as desigualdades sociais que se manifestam nas instituições educacionais. Guacira Lopes Louro (2009) enfatiza que o gênero não é apenas uma característica individual, mas uma construção social que perpetua relações de poder históricas, especialmente nas práticas pedagógicas. Este conceito é crucial para a formação inicial de professoras e professores, pois revela os processos pelos quais estereótipos e discriminações são reproduzidos no ambiente escolar.

Complementando essa visão, Judith Butler (1990) propõe que o gênero deve ser entendido como um ato performativo, ou seja, um conjunto de comportamentos e práticas reiteradas que constituem a identidade de gênero, desafiando a ideia de que a identidade é fixa ou determinada biologicamente. Essa abordagem abre espaço para que se questionem as normas tradicionais de gênero e se promovam práticas educativas mais inclusivas e críticas, que reconhecem a diversidade e a dinâmica das identidades sociais.

No contexto brasileiro, o ensino superior, especialmente nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, mantém uma segregação de gênero significativa, com mulheres sub-representadas e enfrentando barreiras estruturais para sua permanência e sucesso (Mendes, 2021). Tal segregação não decorre exclusivamente de escolhas pessoais, mas reflete condições sociais e culturais que influenciam o percurso acadêmico. As políticas para a equidade de gênero têm sido desenvolvidas, porém com limitações e fragmentações que comprometem a efetividade das ações (Pereira; Lima; Maciel, 2023).

Adicionalmente, estudos sobre as narrativas de gênero no meio acadêmico demonstram que persistem normas que reforçam estereótipos sobre feminilidades e masculinidades, dificultando a inclusão e a valorização das diversidades de gênero e sexualidade. Tais normas criam ambientes educacionais excludentes para pessoas LGBTQIAPN+ e outras identidades não conformes, demandando transformações institucionais profundas (Silva Júnior, 2023).

A transversalização do gênero nos currículos universitários, especialmente em cursos de licenciatura em física, configura-se como um desafio e uma necessidade. A



inclusão da temática pode contribuir para desconstruir as desigualdades e promover a formação de profissionais críticos e comprometidos com a justiça social. Para isso, é fundamental que as instituições reavaliem seus Projetos Políticos Pedagógicos e ofereçam capacitação para docentes, garantindo que a equidade de gênero seja contemplada de forma consistente e integrada à formação acadêmica (Pereira; Lima; Maciel, 2023).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das matrizes curriculares e dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Licenciatura em Física da UNESP evidencia uma presença predominantemente incipiente e periférica da temática de gênero nas unidades avaliadas. A busca pelo termo "gênero" no PPP de Bauru destaca a referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com menção à igualdade de gênero como parte dos princípios que deveriam permear as disciplinas e atividades do curso. Contudo, não há disciplinas com títulos específicos abordando sexualidade, diversidade, gênero ou mulheres, e nem há reconhecimento das contribuições das mulheres nas ciências nas ementas, como na disciplina de História da Ciência, que privilegia figuras masculinas como Becquerel e os Curies. A Filosofia da Ciência tampouco inclui autoras em suas referências.

Em Guaratinguetá, a pesquisa identificou ausência do termo "gênero" no PPP. As disciplinas optativas concentram-se em conteúdos relacionados a conceitos e didáticas de física e matemática, sem menção direta a gênero. A disciplina História da Ciência oferece análise do desenvolvimento do conhecimento científico, com foco em obstáculos epistemológicos, mas sem articulação explícita com a temática de gênero.

Na unidade de Ilha Solteira, o PPP não estava disponível. As disciplinas analisadas, como História da Física e Filosofia da Ciência, abordam conteúdos gerais sobre a evolução do conhecimento científico, mas sem inserir especificamente discussões sobre gênero. O curso destaca disciplinas obrigatórias como Laboratório de Educação Inclusiva e LIBRAS, porém não inclui conteúdos específicos de gênero em disciplinas obrigatórias ou optativas.

Presente destaque para Presidente Prudente, onde o PPP não menciona gênero e o curso com ênfase noturna e duração de quatro anos não apresenta disciplinas de história ou filosofia da ciência. No entanto, inclui disciplinas obrigatórias focadas em educação inclusiva e Libras, presentes em todas as licenciaturas da instituição.



Em Rio Claro, há mais aproximação com as temáticas de educação, história, filosofia e sociologia da educação. Ainda assim, o termo "gênero" não aparece explicitamente no PPP. Disciplina optativa “Educação, sexualidade, diversidade e relações de gênero na escola” sinaliza uma oportunidade para o diálogo com questões de gênero no currículo. No núcleo obrigatório, as disciplinas de História da Educação, Filosofia da Educação e Sociologia da Educação abordam o contexto histórico, político e social da educação, com inclusão de temas como cidadania, direitos humanos, e diferenciais sociais incluindo gênero.

São José do Rio Preto apresenta um conjunto curricular mais articulado com questões de gênero e diversidade. As disciplinas obrigatórias discutem fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação, incluindo tópicos sobre discriminação racial e de gênero, orientação ou identidade sexual, e outras questões sociais. O PPP destaca a integralização de atividades acadêmicas, científicas e culturais relacionadas a temáticas transdisciplinares, como cidadania e direitos humanos, discriminação racial e de gênero e biodiversidade. Além disso, o Programa de Extensão Universitária “Educação, Ciência e Sociedade” desenvolve ações específicas voltadas à discussão das mulheres e das intersecções com raça, classe e sexualidade, com atividades formativas, debates, rodas de conversa e produção de materiais educativos.

Esses resultados demonstram a invisibilidade e marginalização da temática de gênero em grande parte das unidades da UNESP, refletindo uma lacuna na formação inicial de professores e professoras de Física. Essa ausência limita o potencial dos currículos para contribuir com a promoção da equidade e diversidade na ciência e educação. A existência de atividades e disciplinas específicas em algumas unidades, especialmente São José do Rio Preto, reforça a necessidade de políticas institucionais que incentivem e universalizem a inclusão da temática nos PPPs e nas matrizes curriculares, ampliando o debate e promovendo uma formação docente que dialogue efetivamente com as questões de gênero e diversidade no cenário educacional contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia a invisibilidade significativa da temática de gênero nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Física da UNESP, revelando que a abordagem sobre gênero permanece incipiente e periférica em grande parte das unidades avaliadas. Os resultados indicam que, apesar de



algumas referências aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a menção esporádica à igualdade de gênero, há uma carência quase total de disciplinas que abordem especificamente temas como gênero, sexualidade, diversidade ou as contribuições das mulheres na ciência. Essa lacuna representa uma limitação importante para a formação inicial de professoras e professores que estejam preparados para enfrentar as desigualdades de gênero enraizadas no campo das ciências naturais.

A pesquisa cumpriu seu objetivo ao analisar o grau de inserção da temática de gênero nos documentos norteadores desses cursos, revelando que a discussão sobre gênero, quando presente, está mais concentrada em atividades optativas ou ações de extensão, não integrando o núcleo obrigatório da formação docente. Essa situação restringe o potencial transformador da formação, impedindo que estudantes tenham acesso consistente e crítico às questões relacionadas à equidade de gênero. Destaca-se, por outro lado, a existência de iniciativas pontuais, especialmente em São José do Rio Preto, que indicam caminhos possíveis para a transversalização da temática, promovendo uma reflexão mais profunda sobre as intersecções de gênero com raça, classe e sexualidade no contexto educacional.

Além disso, ressalta-se a importância da elaboração e implementação de políticas institucionais claras e efetivas que incentivem a inclusão da temática de gênero nos PPPs de todos os cursos de licenciatura, garantindo que esse enfoque seja parte integrante da formação obrigatória de futuras professoras e professores de física. A transversalização da temática de gênero e diversidade no currículo contribui para a construção de ambientes educacionais inclusivos, pertinentes às demandas sociais contemporâneas de justiça social e reconhecimento das diferenças.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação do escopo investigativo através da incorporação das percepções dos(as) estudantes e docentes sobre as práticas pedagógicas e o impacto das disciplinas e atividades que abordam gênero e diversidade. Investigação sobre a efetividade das ações de extensão e das disciplinas optativas na formação também se mostra imprescindível para compreender como essas experiências contribuem para a sensibilização e conscientização das pessoas em formação docente. Além disso, novas pesquisas podem explorar estratégias pedagógicas que favoreçam a integração das discussões de gênero no ensino das ciências, bem como o papel das instituições em promover a equidade dentro e fora da sala de aula.

Assim, este estudo contribui para o avanço da discussão acadêmica sobre gênero na formação docente, apontando para a necessidade premente de transformar os



currículos das licenciaturas em física com uma abordagem crítica e inclusiva, capaz de formar profissionais comprometidos com a diversidade e a equidade, fortalecendo a contribuição da educação superior para uma sociedade mais justa e plural.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

CRESWELL, John W. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDES, Tatiane. *Azul ou rosa? A segregação de gênero no ensino superior brasileiro*. Revista Educação, 2021.

PEREIRA, Leihge Roselle Rondon; LIMA, Silvia Diamantino Ferreira de; MACIEL, Cristiano. Políticas universitárias e gênero: uma revisão sistemática qualitativa de artigos brasileiros. *Revista Científica do Desenvolvimento*, v. 15, n. 40, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/rcd.v15i40.11226>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SILVA JÚNIOR, José Roberto da. *Universidade e relações de gênero: Narrativas sobre feminilidades e masculinidades na Educação Superior*. Revista Ibero-americana de Educação, 2023.

UNESP. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física – Faculdade de Engenharia e Ciências (FEG), Guaratinguetá. Disponível em: <https://www.feg.unesp.br/#!/ensino/graduacao/cursos/graduacao-em-fisica-licenciatura-e-bacharelado/projeto-politico-pedagogico-licenciatura/ingressantes-a-partir-de-2023/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNESP. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física – Faculdade de Ciências (FC), Bauru. Disponível em: <https://www.fc.unesp.br/#!/departamentos/fisica/cursos/fsica/projeto-pedagogico/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNESP. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS). Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/Graduacao/roteiro-para-apresentacao-do-ppp-fisica-feis-final-revisado-...pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNESP. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Presidente Prudente. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/Home/Graduacao/Fisica/ppp.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.



UNESP. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física – Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), Rio Claro. Disponível em: <https://igce.rc.unesp.br/instituicao/diretoria-tecnica-academica/graduacao/cursos/fisica>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNESP. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), Bauru. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/#!/graduacao/cursos/fisica/ppp/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

